Ultracargo Logística S.A.

CNPJ - 14.688.220/0016-40

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Cotistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Permanecemos a inteira disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários. A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 - *(Em milhares de Reais)*

Ativos	31/12/2023	31/12/2022
Circulantes		
Caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivativos	88.080	247.405
Aplicações financeiras	46	89.707
Contas a receber de clientes	28.421	18.958
Estoques	11.700	10.211
Tributos a recuperar	26.749	16.419
Dividendos a receber	1.376	-
Demais contas a receber	3.112	2.738
Despesas antecipadas	7.909	13.234
Total dos ativos circulantes	167.393	398.672
Não circulantes		
Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos	13.301	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.463	22.988
Tributos a recuperar	3.902	11.009
Depósitos judiciais	9.848	8.704
Demais contas a receber	23.137	6.316
Despesas antecipadas	3.864	6.895
Investimentos em controladas e empreendimentos controlados em conjunto	377.579	158.684
Ativos de direito de uso	458.996	470.244
Imobilizado	1.302.421	1.166.181
Intangível	279.766	281.918
Total dos ativos não circulantes	2.496.277	2.132.939
Total dos ativos	2.663.670	2.531.611

Passivos	31/12/2023	31/12/2022
Circulantes		
Financiamentos e instrumentos financeiros derivativos	3.182	-
Debêntures	88.934	1.599
Fornecedores	74.106	59.113
Salários e encargos sociais	48.144	48.969
Obrigações tributárias	12.974	9.628
Dividendos propostos a pagar	62.350	46.247
Imposto de renda e contribuição social a pagar	31.215	26.261
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.083	911
Arrendamentos a pagar	30.590	22.089
Seguros a pagar	1.575	10.978
Demais contas a pagar	16.217	7.851
Total dos passivos circulantes	370.370	233.646
Não circulantes		
Financiamentos e instrumentos financeiros derivativos	-	13.449
Debêntures	120.922	185.896
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	28.166	8.925
Benefícios pós-emprego	1.354	1.649
Arrendamentos a pagar	451.467	450.893
Adiantamento de clientes	5.227	27.167
Demais contas a pagar	10.357	12.192
Total dos passivos não circulantes	617.493	700.171
Patrimônio líquido		
Capital social	953.936	866.860
Instrumento patrimonial outorgado	10.073	5.206
Reservas de lucros	481.547	551.078
Reserva de capital	44.295	37.080
Ajuste de avaliação patrimonial	(923)	(1.005)
Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	186.879	138.575
Total do patrimônio líquido	1.675.807	1.597.794
Total dos passivos e do patrimônio líquido	2.663.670	2.531.611

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida de serviços	938.892	813.119
Custo dos serviços prestados	(314.546)	(308.745)
Lucro bruto	624.346	504.374
Receitas (despesas) operacionais		
Com vendas e comerciais	(11.389)	(12.671)
Gerais e administrativas	(165.081)	(131.849)
Resultado na venda de bens	108	(887)
Outros resultados operacionais, líquidos	(44)	3.016
Lucro operacional antes da equivalência patrimonial, do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social	447.940	361.983
Equivalência patrimonial	8.106	(24.065)
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social	456.046	337.918
Receitas financeiras	30.075	33.501
Despesas financeiras	(78.678)	(64.769)
Resultado financeiro líquido	(48.603)	(31.268)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	407.443	306.650
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(99.040)	(80.355)
Diferidos	511	7.229
	(98.529)	(73.126)
Lucro líquido do exercício	308.914	233.524

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	308.914	233.524
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:		
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros, líquidos de imposto de renda e contribuição social	-	(33)
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado:		
Ganhos (perdas) atuariais de benefícios pós-emprego, líquidos de imposto de renda e contribuição social	82	183
Resultado abrangente do exercício	308.996	233.674

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA- MÉTODO INDIRETO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 - *(Em milhares de Reais)*

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	497.569	426.370
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(362.174)	(61.790)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(294.720)	(133.560)
(Diminuição) aumento em caixa e equivalentes de caixa	(159.325)	231.020
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	247.405	16.385
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	88.080	247.405

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais, exceto os dividendos por lote de mil ações)

			Reservas de lucros						
	Capital social	Instrumento patrimonial outorgado	Incentivos Fiscais	Legal	Retenção de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	Lucros acumulados	Patrimônio líquido total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**866.860**	**5.206**	**37.080**	**68.593**	**482.485**	**(1.005)**	**138.575**	**-**	**1.597.794**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	308.914	308.914
Outros resultados abrangentes:									
Ganhos atuariais de benefícios pós-emprego, líquidas de imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	82	-	-	82
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	82	-	308.914	308.996
Aumento de capital com reservas	37.076	-	(37.076)	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital em dinheiro	50.000	-	-	-	-	-	-	-	50.000
Instrumento patrimonial outorgado	-	4.867	-	-	-	-	-	-	4.867
Reversão de dividendos prescritos	-	-	-	-	23	-	-	-	23
Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos de 2022	-	-	-	-	(85.000)	-	(138.575)	-	(223.575)
Regularização da reserva de incentivos fiscais	-	-	(4)	-	-	-	-	-	(4)
Destinação do resultado líquido:									
Reserva legal	-	-	-	15.446	-	-	-	(15.446)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	44.295	-	-	-	-	(44.295)	-
Dividendos adicionais aos minimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	186.879	(186.879)	-
Dividendos mínimos obrigatórios para ações ordinárias (R$ 0,7733 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	(51.604)	(51.604)
Dividendos mínimos obrigatórios para ações preferenciais (R$ 0,6975 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	(10.690)	(10.690)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**953.936**	**10.073**	**44.295**	**84.039**	**397.508**	**(923)**	**186.879**	**-**	**1.675.807**

				Reservas de lucros						
	Capital social	Adiantamento para aumento de capital futuro	Instrumento patrimonial outorgado	Incentivos Fiscais	Legal	Retenção de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	Lucros acumulados	Patrimônio líquido total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**816.681**	**22.300**	**2.384**	**27.388**	**56.916**	**483.011**	**(1.155)**	**23.880**	**-**	**1.431.405**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	233.524	233.524
Outros resultados abrangentes:										
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros, líquido de imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	-	(33)	-	-	(33)
Ganhos atuariais de benefícios pós-emprego, líquidas de imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	-	183	-	-	183
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	150	-	233.524	233.674
Aumento de capital com reservas	27.879	-	-	(27.879)	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital através adiantamento para aumento de capital futuro	22.300	(22.300)	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrumento patrimonial outorgado	-	-	2.822	-	-	-	-	-	-	2.822
Reversão de dividendos prescritos	-	-	-	-	-	(35)	-	-	-	(35)
Regularização da reserva de incentivos fiscais	-	-	-	491	-	(491)	-	-	-	-
Destinação do resultado líquido:										
Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(23.880)	-	(23.880)
Reserva legal	-	-	-	-	11.677	-	-	-	(11.677)	-
Constituição de reserve de incentivos fiscais	-	-	-	37.080	-	-	-	-	(37.080)	-
Dividendos propostos para ações ordinárias (R$ 2,2004 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	138.575	(173.681)	(35.106)
Dividendos propostos para ações preferenciais (R$ 0,6716 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.086)	(11.086)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**866.860**	**-**	**5.206**	**37.080**	**68.593**	**482.485**	**(1.005)**	**138.575**	**-**	**1.597.794**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - *(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

1. CONTEXTO OPERACIONAL - A Ultracargo Logística S.A. ("Sociedade") está domiciliado no Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 1343, 4° andar, na Cidade e Estado de São Paulo, e tem como atividade preponderante a operação dos terminais de granéis líquidos que requerem manuseio especial. A Sociedade opera no Porto de Aratu no Estado da Bahia, no Complexo Industrial Portuário de Suape no Estado de Pernambuco, no terminal de Santos no Estado de São Paulo, no terminal do porto do Rio de Janeiro e no terminal de Itaqui no Estado do Maranhão. A Sociedade é controladora da Ultracargo Soluções Logísticas S.A., situada no Brasil, com sede na Rodovia PA 481, KM 2.3, Porto de Vila do Conde, na cidade de Barcarena, estado do Pará, e tem como atividade preponderante as operações de movimentação e armazenagem de granéis líquidos, especialmente combustíveis. A capacidade instalada da Sociedade totaliza 1.043.851 m³ em 31 de dezembro de 2023 (965.212m³ em 31 de dezembro de 2022). A Sociedade é controlada pela Ultracargo Operações Logística e Participações Ltda., e o controlador final da Sociedade é a Ultrapar Participações S.A., sociedade de capital aberto localizada no Brasil com ações negociadas na "B3" (Bolsa de Valores do Brasil) e NYSE (Bolsa de valores de Nova Iorque). A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Reunião de Diretoria da Sociedade, em 28 de março de 2024. **a. Principais eventos ocorridos no exercício - a.1 Aquisição do Terminal de Combustíveis Paulínia S.A. ("Opla") -** Em 19 de abril de 2023 a Sociedade assinou contrato para a aquisição de 50% de participação na Terminal de Combustíveis Paulínia S.A ("Opla"), detido pela Copersucar S.A. O fechamento da transação ocorreu em 1 de julho de 2023.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - As demonstrações financeiras, foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standard* "IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, foram evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da administração da Sociedade e suas controladas. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais ("R$"), que é a moeda funcional da Sociedade, exceto se expresso de outra forma. A Sociedade não está apresentando as demonstrações financeiras consolidadas pois não possui instrumentos de dívida ou patrimônio negociados em mercado aberto e não está em processo de registro de suas demonstrações contábeis em um órgão regulador visando a emissão de algum tipo ou classe de instrumento em mercado aberto. Adicionalmente, a Sociedade é controlada integral da Ultrapar Participações S.A. ("Ultrapar"), a qual divulgou suas demonstrações financeiras consolidadas ao público e junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") em 28 de fevereiro de 2024. A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas na aplicação das políticas contábeis que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo passivos contingentes. A incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. As políticas contábeis materiais descritas a seguir foram aplicadas pela Sociedade de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Reconhecimento de receitas -** As receitas de serviços prestados decorrentes de contratos com clientes, são reconhecidas contabilmente pelo regime de competência quando, ou à medida em que, são satisfeitas as obrigações de desempenho ao transferir o controle de um bem ou serviço prometido a um cliente de modo que o mesmo obtenha substancialmente a totalidade dos benefícios gerados, de acordo com *incoterms* de cada transação, bem como quando for altamente provável que a Sociedade recebera a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos. A Sociedade reconhece a receita através do modelo de 5 etapas, conforme abordagem do IFRS 15/CPC 47: (1) identificação dos contratos com um cliente, (2) identificação das obrigações de desempenho, (3) determinação do preço da transação, (4) alocação do preço de transação às obrigações de desempenho nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando, ou à medida que, é satisfeita a obrigação de desempenho e o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente. A receita é mensurada e apresentada pelo valor justo da contraprestação à qual a Sociedade espera ter direito, deduzida de devoluções, descontos, abatimentos, impostos sobre vendas, amortização de ativos de contratos com clientes e outras deduções, se aplicáveis. A Sociedade não possui obrigações de devoluções ou reembolso em seus contratos com clientes, bem como não possui componente de financiamento significativo que impactam diretamente na determinação da contraprestação esperada. Na Sociedade, a receita de serviços prestados de armazenagem é reconhecida em função da prestação do serviço ou de acordo com as cláusulas contratuais sendo elas, definidas pela parcela fixa cuja a contraprestação é linear e a parcela variável decorrente da movimentação realizada pelo cliente. **b. Caixa e equivalentes de caixa -** Referem-se a caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo com vencimento até 90 dias, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição. **c. Ativos financeiros -** A Sociedade avaliou a classificação e mensuração dos ativos financeiros de acordo com o seu modelo de gerenciamento de ativos financeiros conforme abaixo: • Custo amortizado: ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber os fluxos contratuais, exclusivamente principal e juros. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. As aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário ("CDB") e operações compromissadas são classificadas substancialmente como mensuradas ao custo amortizado. • Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativos financeiros que são adquiridos ou originados com a finalidade de recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou venda dos ativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o valor inicial da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no momento da sua liquidação. • Mensurados ao valor justo por meio do resultado: ativos financeiros que não foram classificados como custo amortizado ou mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os saldos são demonstrados ao valor justo e tanto os rendimentos auferidos e as variações cambiais como as variações de valor justo são contabilizados no resultado. Os fundos de investimentos e os instrumentos derivativos de proteção são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. **d. Contas a receber -** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado da contrapartida à qual a Sociedade espera ter direito. As perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa consideram a expectativa de perdas para os próximos 12 meses, levando-se em consideração a deterioração ou melhora da qualidade de crédito dos clientes. O montante da provisão de perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber. **e. Estoques -** Os estoques mantidos pela Sociedade se referem substancialmente a estoques para manutenção. São mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes, deduzido das provisões para giro lento e obsolescência, constituídas em 100% do valor do item do estoque sem movimentação há mais de 12 (doze) meses. **f. Investimentos -** As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da Sociedade. Uma controlada é uma investida na qual o acionista está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis e tem a capacidade de interferir nas suas atividades financeiras e operacionais. Os investimentos em empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras. Um empreendimento controlado em conjunto é uma investida na qual os acionistas têm o direito aos ativos líquidos por conta de um controle em conjunto. Controle em conjunto é um acordo que estabelece que as decisões sobre as atividades relevantes da investida exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Os outros investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, caso estas não sejam consideradas temporárias. **g. Ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar -** A Sociedade reconhece no balanço patrimonial, um ativo de direito de uso e o respectivo passivo de arrendamento a pagar, calculados pelo valor presente das parcelas futuras, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Sociedade, acrescidos dos custos diretos associados ao contrato de arrendamento. A amortização do ativo de direito de uso é reconhecida no resultado ao longo da vigência estimada do contrato. Quando o ativo de direito de uso é utilizado na construção de item do ativo imobilizado, sua amortização é capitalizada até que o ativo em construção esteja concluído. O passivo é acrescido de juros e líquido dos pagamentos de arrendamento realizados. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva. A remensuração do ativo e do passivo com base no índice de reajuste contratual é reconhecida no balanço patrimonial, não tendo efeito no resultado. Em caso de cancelamento do contrato, o ativo e respectivo passivo são baixados para o resultado, considerando, se for o caso, as sanções previstas em cláusulas contratuais. A Sociedade não possui a intenção de comprar esses ativos. A Sociedade revisa periodicamente a existência de indicação de que os ativos de direito de uso possam ter sofrido desvalorização ou redução ao valor recuperável. Ativos de direito de uso incluem os valores referentes às outorgas de arrendamentos de áreas portuárias. A Sociedade aplica os expedientes práticos de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses e para contratos de arrendamento de baixo valor que não possuem opção de compra ao final do contrato. Nesses casos, a despesa com o arrendamento é reconhecida no resultado ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrida. **h. Imobilizado -** Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo capitalização de amortização de ativos de direito de uso e encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, bem como custos estimados para retirada por desativação ou restauração deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, da provisão para perda por redução ao valor recuperável. As depreciações são calculadas pelo método linear, que levam em consideração a vida útil dos bens, e que são revisados anualmente. As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato e a vida útil dos bens. **i. Intangível -** Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, e são reconhecidos seguindo os critérios abaixo: • Ágios por expectativa de rentabilidade futura ("ágio") são demonstrados como ativo intangível pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar ao vendedor e o valor justo dos ativos identificados e dos passivos assumidos da entidade adquirida. Os ágios são testados anualmente ou, com maior frequência quando houver indicação de que poderá apresentar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Os ágios são alocados às respectivas unidades geradoras de caixa ("UCG"), os quais representam o nível mais baixo em que o ágio é monitorado para fins de teste de recuperabilidade. • Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como *softwares,* tecnologia e direitos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente, que levam em consideração sua vida útil, e que são revisados anualmente. A Sociedade não tem contabilizados ativos intangíveis que tenham sido gerados internamente. A Sociedade possui ágios, que são avaliados como ativos intangíveis com vida útil indefinida. **j. Demais ativos -** Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais incorridas, deduzidos de provisões para perdas e, se aplicável, ajustados a valor presente. ***k.* Passivos financeiros -** Os passivos financeiros incluem fornecedores e demais contas a pagar, financiamentos, empréstimos, debêntures, arrendamentos a pagar e instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumentos de proteção. Os passivos financeiros são classificados como "passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado" ou "passivos financeiros mensurados ao custo amortizado". Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado referem-se a instrumentos financeiros derivativos, e passivos financeiros designados como itens objeto de hedge de valor justo no reconhecimento inicial. Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são demonstrados pelo valor inicial da transação acrescidos dos juros e líquidos das amortizações, e custos de transação. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros. Os custos de transação, incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução das transações de captação de recursos por meio da contratação de financiamentos ou pela emissão de títulos de dívidas, bem como os prêmios na emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida, são apropriados ao respectivo instrumento e amortizados no resultado levando em consideração o seu prazo, pelo método da taxa efetiva de juros. **l. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido -** O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL"), correntes e diferidos, são calculados com base nas suas alíquotas vigentes. Para o cálculo do IRPJ corrente é considerada também a parcela de incentivo fiscal. No encerramento do exercício social a parcela do lucro correspondente a essas subvenções para investimentos é destinada à constituição de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido da Sociedade, e é excluída da base de cálculo dos dividendos e posteriormente capitalizada. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de IRPJ e CSLL previstas na legislação vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. As alíquotas vigentes no Brasil são de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL. Para mais informações sobre o reconhecimento e realização de IRPJ e CSLL. Os impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Para fins de divulgação, o ativo fiscal diferido foi compensado contra o passivo fiscal diferido, de IRPJ e CSLL da mesma entidade tributável e da mesma autoridade tributária. **m. Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ativos contingentes -** As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para refletir uma obrigação presente para os riscos que possuam valores que possam ser estimados de forma confiável, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista e que a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os montantes são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado. O ativo contingente é divulgado quando for provável a entrada de benefícios econômicos. **n. Benefícios pós-emprego -** Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente e revisado pela administração, de acordo com o método do crédito unitário projetado. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial", líquidos do imposto de renda e contribuição social. Os ganhos e perdas atuariais não são reclassificados para o resultado do exercício. **o. Adiantamentos de clientes e demais contas a pagar -** Os adiantamentos de clientes e demais contas a pagar são demonstrados por montantes conhecidos ou calculáveis, acrescidos das variações monetárias e cambiais incorridas. Quando aplicável, os demais passivos são registrados a valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. Os adiantamentos de clientes referem-se aos valores recebidos para construção de tanques em expansões e serão amortizados pela prestação de serviços. **p. Transações em moeda estrangeira -** As transações da Sociedade realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a sua respectiva moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data de cada transação. Os ativos e passivos monetários em aberto são convertidos pela taxa de câmbio da data-base das demonstrações financeiras. O efeito da diferença entre essas taxas de câmbio é reconhecido no resultado financeiro até a conclusão de cada transação. **q. Uso de estimativas, premissas e julgamentos -** Na preparação das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos para a contabilização e divulgação de certos ativos, passivos e resultados. Para isso, a administração da Sociedade utiliza as melhores informações disponíveis na data-base da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente. **q.1 Julgamentos -** As informações sobre os julgamentos realizados estão incluídas na determinação de controle de sociedades controladas e na determinação de controle conjunto de empreendimentos controlados em conjunto. **q.2 Incertezas sobre premissas e estimativas -** As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas estão incluídas na: determinação do valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos, determinação das perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa, determinação da provisão para perdas em estoques, e as estimativas de realização de IRPJ e CSLL diferidos, valor de realização dos tributos a recuperar, vida útil e taxa de desconto de ativos de direitos de uso, vida útil do ativo imobilizado, vida útil do ativo intangível e valor recuperável dos ativos, incluindo os ágios, provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e estimativas para elaboração de laudo atuarial. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das suas estimativas. **r. Redução ao valor recuperável de ativos -** A Sociedade revisa, no mínimo anualmente, a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para ativos intangíveis com vida útil indefinida a revisão é feita anualmente ou, com maior frequência quando houver indicação de que poderá apresentar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Se houver alguma indicação, de desvalorização a Sociedade estima o valor recuperável do ativo. Os ativos que não podem ser avaliados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos unidades geradoras de caixa, "UGC"). O valor recuperável desses ativos ou UGCs corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso. O valor justo líquido de despesas de venda é determinado pelo preço que seria recebido pela venda de um ativo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, deduzidas das despesas com a remoção do ativo, gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda, despesas legais e tributos. Para avaliar o valor em uso foram consideradas as projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados é menor que o seu valor contábil, a perda por irrecuperabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado. Na existência de ágio alocado na UGC à qual os ativos pertencem, as perdas reconhecidas referentes às UGCs são primeiramente alocadas na redução do correspondente ágio. Se o ágio não for suficiente para absorver tais perdas, o excedente será alocado aos demais ativos de forma pró-rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não pode ser revertida. Para outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Sociedade não possui registro de redução ao valor recuperável de ativos. **s. Aquisição de participação -** Uma combinação de negócios é contabilizada utilizando-se o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela contraprestação transferida e a transferir, avaliada pelo valor justo na data de aquisição. Na aquisição de um negócio são avaliados os ativos adquiridos e os passivos assumidos, com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. A participação de não controladores na sociedade adquirida é mensurada com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na sociedade adquirida. O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida e a transferir em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio é alocado a cada UGC. Quando o custo de uma aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do exercício. Custos relacionados com aquisições são contabilizados no resultado do exercício quando incorridos. Combinação de negócios entre entidades sob controle comum: Combinações de negócios entre entidades sob controle comum ainda não foram abordadas especificamente pelas IFRS's. A IFRS 3 é o pronunciamento que se aplica a combinações de negócios, porém explicitamente exclui do seu escopo as combinações de negócios entre entidades sob controle comum. Em 31 de dezembro de 2023 não houve combinação de negócios. Base contábil precedente: Conforme permitido pelo IAS 8, adotamos a base contábil precedente para registrar o valor escritural de ativos recebidos (conforme registrado pela controladora), a qual acreditamos estar em conformidade com os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos nos Estados Unidos e no Reino Unido (USGAAP - Generally Accepted Accounting Principles (United States) e UKGAAP - Generally Accepted Accounting Principles (United Kingdom)). A prática contábil do custo precedente prevê que ao contabilizar uma transferência de ativos entre entidades sob controle comum, a entidade que recebe os ativos líquidos ou as participações societárias inicialmente mensurará os ativos e passivos transferidos, reconhecidos aos seus valores contábeis nas contas da entidade que faz a transferência, na data da transferência, retrospectivamente. Se os valores contábeis dos ativos e passivos transferidos, pela controladora, diferirem do custo histórico da controladora das entidades sob controle comum, as demonstrações financeiras da entidade recebedora deverão refletir os ativos e passivos transferidos ao custo da controladora das entidades sob controle comum em relação ao capital (Outras Receitas Abrangentes). **t. Despesas antecipadas -** A Sociedade apresenta como despesas antecipadas os pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço à Sociedade ocorrerão posteriormente. **u. Demonstrações dos fluxos de caixa -** A Sociedade apresenta os juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar nas atividades de financiamentos e apresentam as aplicações financeiras em bases líquidas dos resgates na atividade de investimento e